

“O conceito de gramática no percurso da gramaticografia brasileira do século XX”

“The concept of grammar in the Course of Brazilian Gramaticography of the 20th Century”

Ricardo Cavaliere*

Universidade Federal Fluminense

Abstract

This paper intends to comment on the concept of grammar in Brazil throughout the 20th century, as well as on the motivations and implications regarding this topic. The paper makes special reference to the teleological role of the grammatical text, the nature of its corpus and the limits that are imposed on the task of describing the rules of the linguistic system in view of other factors, such as usage variants and style.

Key words: grammaticalization, 20th century, Brazil.

Resumo

Este trabalho busca traçar juízo sobre a mudança do conceito de gramática no Brasil ao longo do século XX, bem como comentar os motivos e implicações atinentes a esse tema. Faz-se referência ao papel teleológico do texto gramatical, à natureza do *corpus* de abonação e aos limites que se impõem à tarefa de descrever as regras do sistema linguístico em face de outros fatores, tais como as variantes de uso e estilo.

Palavras-chave: gramatização, século XX, Brasil.

1. O papel teleológico do texto gramatical

O alvorecer do século XX encontra a gramaticografia brasileira em um processo de mudança que se iniciara, nas últimas décadas do século anterior, com o abandono das teses racionalistas herdadas da gramática filosófica em favor da perspectiva historicista que caracteriza a denominada *gramática científica*. Essa mudança não se processa pacificamente, já que, como seria de esperar, as forças reacionárias aos novos rumos da gramática científica mantinham-se presentes no ensino da língua vernácula, em convivência com as novas propostas de análise linguística trazidas pela escola histórico-comparativista.

Um exemplo desse conflito pode observar-se nas páginas da *Gramática expositiva* (1907), trazida a lume pelo filólogo Eduardo Carlos Pereira (1855-1923). No prólogo da primeira edição, o autor adverte que seu trabalho busca a resultante de dois modelos teóricos: a da “corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento” (1907: VII). Por tais palavras se vê que havia nas idéias linguísticas de Eduardo Carlos Pereira uma certa hesitação entre as bases da antiga ordem filosófica e a nova ordem científicista, de que resultou uma tentativa de conciliação que visava, sobretudo, à melhor apresentação da matéria gramatical na práxis pedagógica.

Neste momento inaugural do século XX, a dialética da gramática como arte e como ciência já habita as páginas dos textos linguísticos brasileiros, fruto de uma tarefa dual que a reforma trazida pelo movimento histórico-comparativista impôs: a de pesquisar e a de ensinar

* Correspondencia con el autor: ricardocavaliere@id.uff.br.

a língua. Com efeito, no plano da velha ordem racionalista, o texto gramatical tinha uma missão exclusivamente pedagógica, em que se ocupa da educação linguística com forte teor normativo, à luz dos textos escritos pelos autores clássicos. A incorporação do método histórico-comparativo às páginas gramaticais significou trazer para os domínios das gramáticas de língua vernácula as teses teóricas da Ciência Linguística, de tal sorte que os textos antes meramente prescritivos, com perspectiva teleológica restrita ao ensino, passaram a ser a um tempo investigativos e prescritivos. Em outras palavras, ingressa nas páginas da gramática uma conjugação de interesses que frequentemente entram em conflito.

Um texto investigativo, que busca descrever os fatos da língua à luz de uma dada teoria, impõe-se o recurso à metalinguagem mais complexa, à especulação sobre a natureza desses fatos, à discussão e reflexão sobre conceitos de maior abstração, tais como o próprio conceito de língua e linguagem. Já o texto prescritivo, de índole pedagógica, deve ser mais simples, de tal sorte que a excessiva terminologia técnica não atrapalhe o objetivo de ensinar as bases da gramática na medida em que sirva para o aprendizado da leitura e da redação. Esse dilema da dupla finalidade do texto gramatical não fugiu à percepção de Eduardo Carlos Pereira, que assim se manifesta (1907: VII-VIII):

A grammatica histórica entresachada na grammatica expositiva traz, como natural resultado, a interrupção na exposição didactica, o desanimo e a confusão no espírito de alumnos, que não teem ainda o indispensável conhecimento prévio do latim [...]. Em segundo lugar, fugimos da “terminologia grammatical abstrusa e cansativa”, na phrase cortante da “Commissão de programmas de linguas”. Não rejeitamos, todavia, os neologismos já correntes e apropriados.

Será, pois, sob o manto dessa dualidade que surge no Brasil dos novecentos uma concepção de gramática que, no âmbito das obras mais representativas, busca coadunar a atividade de pesquisa com a atividade de ensino, no sentido de, ao menos, não se apresentarem regras sem fundamentação teórica. Significativa, a respeito, a própria mudança da definição de gramática proposta por Eduardo Carlos Pereira no decurso das edições da *Gramática expositiva*. Na primeira edição, o autor assevera que “Grammatica é a sciencia das palavras e suas relações, ou a arte de usar as palavras com acerto na expressão do pensamento” ([1907] 1918: 3). Observe-se que a tentativa de compatibilizar os dois vieses da concepção de gramática como arte e como ciência resulta numa definição inconsistente, que busca harmonizar correntes absolutamente distintas.

Será na oitava edição que Eduardo Carlos Pereira finalmente dará novas tintas à definição de gramática: “Grammatica (*gr. gramma = letra*) é a systematização dos factos da linguagem ([1907] 1918: 3). Com efeito, cuida-se aqui de uma definição coerente e restrita à perspectiva científica, visto que não mais se faz referência ao papel pedagógico de que também se investe a obra gramatical. É, porém, nessa mesma oitava edição, ao tratar da tipologia da gramática, que Pereira dá contornos mais nítidos aos vieses que se entrelaçam nas sendas gramaticais, oferecendo-nos os seguintes tipos ([1907] 1918: 3-4):

Grammatica geral é, hoje, o estudo comparado de um grupo de línguas congeneres, como a *Grammatica das Linguas Romanicas*, de F. Diez.

Grammatica particular é o estudo dos factos de uma língua particular, quer encarados em seu estado actual, quer em suas transformações historicas.

Grammatica histórica é o estudo das transformações de uma língua, no tempo e no espaço, feito comparativamente com as transformações paralelas das linguas e dialetos congeneres. É um estudo-historico comparativo.

Grammatica expositiva, descriptiva ou pratica, é a que expõe ou descreve methodicamente os factos actuaes de uma lingua determinada.

Grammatica expositiva portuguesa é a exposição methodizada das regras relativas ao uso correcto da língua portuguesa.

Essa minuciosa tipificação da gramática, como se percebe, constitui um recurso hábil para evitar a incoerência da definição original, em que colidiam os papéis investigativo e prescritivo, de tal sorte que cada um deles passe a ser o objeto de uma dada gramática específica. Na prática, entretanto, os gramáticos não conseguiam ser disciplinados a ponto de obedecer fielmente a esta divisão, sobretudo no tocante à gramática expositiva ou descritiva e a gramática expositiva portuguesa, que hoje se denominaria “gramática normativa”.

A impossibilidade de obediência irrestrita à tipologia gramatical apresentada por Eduardo Carlos Pereira fundava-se justamente no fato de que os compêndios gramaticais, que almejavam modernizar-se mediante exposição do funcionamento da língua segundo as teorias contemporâneas, não podiam divorciar-se de sua vocação pedagógica, ou, possivelmente, de seu compromisso pedagógico. Não se tratava, a rigor, de um compromisso filosófico, fruto da concepção de que só se deve pesquisar a língua se o resultado for relevante para o ensino, mas de uma imposição pragmática criada por um mercado editorial cujo escopo era o estudante de língua portuguesa, fossem os alunos escolares, fossem os cidadãos interessados em questões linguísticas, os quais se podem denominar *leitor consulente*. Um outro tipo, o *leitor pesquisador*, que buscava informar-se cientificamente sobre os fatos linguísticos, tinha caráter endógeno, habitava as próprias sendas acadêmicas e, por assim dizer, constituía o público-alvo que motivava a produção de textos comprometidos com o progresso do saber linguístico. Chega-se, pois, a um primeiro traço característico da gramática brasileira no início do século XX: o de um compêndio descritivo-prescritivo destinado tanto a um leitor consulente quanto a um leitor pesquisador.

No devir das primeiras décadas do século XX, essa feição dual se mantém como uma espécie de fundamento gramaticográfico, pelo que se percebe nas definições de gramática que se colhem nos principais autores da época. Em *O idioma nacional* ([1926/1927/1928] 1960), obra de Antenor Nascentes (1886-1972) publicada inicialmente em cinco volumes entre 1926 e 1928, o autor define gramática como “a disciplina que, examinando os fatos da linguagem segundo o uso da classe culta, deles extrai normas” ([1926/1927/1928] 1960: 11). Embora tivesse formação filológica pautada no comparativismo histórico, Nascentes deixa escapar em alguns momentos de sua conceituação significativa presença do pensamento estruturalista, como, por exemplo, o significado de linguagem e língua: “Embora em sentido geral se entenda por linguagem todo sistema de sinais entre si, em sentido restrito linguagem se refere a língua falada e a língua escrita” ([1926/1927/1928] 1960: 11). A ressalva, aqui, busca dar sentido ao uso do termo linguagem na definição de gramática em certo desacordo com o conceito que o termo já expressava nas rodas acadêmicas dos anos 20 do século passado. Outro significativo indício da escola estruturalista na concepção de língua em Nascentes se encontra na conceituação de linguagem como “sistema de sinais”, uma evidente influência da linguística saussureana.

Nota-se já a partir da publicação de *O idioma nacional* certa preocupação em conferir à gramática um perfil mais descritivo do que normativo, embora em suas bases já consolidadas, que constituem o que se convencionou denominar “tradição gramatical”, o viés normativo jamais tenha sido efetivamente relegado a segundo plano. Na breve digressão inicial sobre o conceito de gramática, Antenor Nascentes adverte o leitor de que “o gramático observa os fatos da língua e depois deduz as normas. Não inventa regras a que os fatos devam subordinar-se. Êles (sic)¹ é que se submetem aos fatos” ([1926/1927/1928] 1960: 11). Por aí se vê que na roda de temas que habitavam as discussões acadêmicas na década de 20 decerto

¹ Êles no original, por equívoco. Na verdade, Nascentes afirma que *elas* (as regras) se submetem aos fatos.

inscrevia-se a preocupação com o normativismo excessivo ou infundado que certa corrente intelectual defendia.

A década de 40, como se sabe, instalou uma crise de grave repercussão no seio dos estudos linguísticos brasileiros em face da definitiva disseminação das teses estruturalistas norte-americanas no meio acadêmico. Deve-se a iniciativa a Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), com a publicação de seus *Princípios de linguística geral* (1941), um marco da historiografia linguística no Brasil. Pautado em uma doutrina formalista, o estruturalismo descreve o funcionamento da língua nos limites do sistema, sem considerar o uso ou sua manifestação na concretude do discurso. Por tal motivo, o *corpus* de que se serve o linguista não é literário, como também não é necessariamente recolhido à língua escrita, já que nesse modelo não se cuida da noção de norma, ou, em melhores termos, distingue-se claramente sistema e norma, cabendo à Linguística ocupar-se do primeiro e à Pedagogia ocupar-se da segunda. Disso decorre haver nos estudos estruturalistas uma natural recorrência às estruturas linguísticas da língua oral, que acabaram por constituir, com o tempo, o escopo maior dos estudos sobre a língua, dada sua fidedignidade como expressão de funcionamento do sistema, a par de ser uma estratégia então novidadeira, para não dizer revolucionária.

Os reflexos dessa crise explodem no seio da corrente de filólogos adeptos da tradição gramatical pautada nos estudos histórico-comparativistas, de que resultam algumas atitudes reacionárias e outras que se podem entender como uma espécie de *mea culpa*, no intuito de corrigir os rumos da descrição gramatical e do ensino do português livrando-os do anacronismo e da ineficiência que um modelo excessivamente pautado no analitismo e no esplendor da metalinguagem vinha implantando em sala de aula. É nesse clima que vem a lume no início dos anos 40 o texto de Francisco da Silveira Bueno (1898-1989) intitulado *Gramática normativa da língua portuguesa* (1944), trabalho que, apesar do título, visava despir o ensino do português das vestes pesadas e tecidas com normas anacrônicas e verdadeiramente inúteis para o escopo de formar bons leitores e produtores de texto escrito.

Pelo menos, essa é a intenção expressa por Silveira Bueno nas *Palavras necessárias* (1944: VII-X) que precedem a introdução de sua gramática, texto que soa mais como uma espécie de desabafo de quem via o modelo de descrição linguística pautado na tradição filológica do início do século afundar no ostracismo, carente de novos ares que lhe dessem força para enfrentar a onda estruturalista que a modernidade trazia. Bueno, com efeito, apresenta sua proposta de trabalho em uma *Introdução geral* (1944: 9-11) que surpreende pelas tintas renovadoras, não obstante suas bases, a rigor, não sejam cabalmente ratificadas no corpo da obra.

Ao tratar da definição de gramática, Bueno a situa como “a ciência que codifica e sistematiza as regras do idioma, baseando-se na observação dos fatos da linguagem viva do país” (1944: 11). Temos aqui farto material para especulação, sobretudo em face da dubiedade de alguns termos presentes na definição. Primeiro, há de notar-se que Bueno é dos poucos que confere à gramática a designação de “ciência”, fato que pode ser entendido tanto como uma referência ao modelo científico da escola histórico-comparativa, quanto como uma tentativa de equiparação da gramática tradicional com o novel modelo da ciência linguística que ingressava no Brasil pelo paradigma do Estruturalismo.

Em segundo plano, Bueno dá ênfase à expressão “fatos da linguagem viva do país”, uma evidente postura inovadora que admite seja a descrição gramatical pautada em *corpus* atualizado, que expresse as estruturas de uso contemporâneas. A proposta, enfim, é de uma descrição gramatical que se dispa do anacronismo e do normativismo estéril, como se lê no seguinte segmento (1944: 10):

De toda esta vida real da língua falada e escrita cuida a gramática, codificando e sistematizando as regras pelas quais se regem êsses fenômenos [de mudança da língua], tirando-as da observação concreta e diária da linguagem e jamais concluindo teoricamente, a priori, sem o absoluto e indispensável apoio dos fatos práticos do idioma.

Não nos deixemos cativar, entretanto, por palavras tão revolucionárias e liberais. A leitura da *Gramática normativa* de Francisco da Silveira Bueno não se coaduna totalmente com a expressão da língua falada e escrita, senão unicamente com a língua escrita com o aval do texto literário, como se pode abstrair da seguinte observação: “As novas modalidades da língua, que já foram documentadas por obras literárias, que já conseguiram a aceitação da coletividade, deverão entrar para o comum do ensino gramatical” (1944: 11). Por aí se vê que a língua literária continua a ser o parâmetro de abonação das construções gramaticais, fato que denuncia haver no libelo de Bueno mais um propósito panfletário do que uma efetiva deliberação de mudança na concepção de gramática. A linguagem oral, a rigor, recebe tratamento meramente normativo na seção sobre ortoepia e prosódia, em que não faltam comentários como o seguinte: “Os portugueses e muito brasileiros não observam esta regra [pronunciam-se as vogais fechadas antes de consoante nasal], pronunciando colónos, tómos, pómos, gómos, etc. Achamos que tal pronúncia está errada” (1944: 51). Nesse passo, Bueno demonstra uma arbitrariedade que chega a atingir as variantes de uso diatópico, fato incomum até mesmo em gramáticos de gerações anteriores.

Com a virada para a segunda metade do século XX, instalam-se definitivamente no ambiente acadêmico brasileiro a escola estruturalista e a gramática gerativa, ambas pautadas em bases formalistas e infensas ao tradicional vínculo estabelecido pela Filologia entre a descrição do funcionamento da língua e a análise do texto literário. Essa nova ordem cria uma concepção dual de gramática que viria decretar o divórcio entre os propósitos descritivo e normativo que estavam na concepção tradicional de gramática. A partir desse momento, todo manual escrito sobre as bases filológicas passou a ser considerado meramente normativo. Mesmo os volumes que se publicaram após o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB),² como um projeto a um tempo descritivo e normativo, caso da *Moderna gramática portuguesa* (1961), de Evanildo Bechara, da *Gramática fundamental da língua portuguesa* ([1968] 1970), de Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), e da *Gramática do português contemporâneo* (1970), de Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), acabaram por ser rotulados como precipuamente normativos pela comunidade acadêmica, visto que seguiam os parâmetros de concepção gramatical pautados em valores considerados ultrapassados.

Cientes desse fato, os gramáticos desse fim de século buscam reforçar sua identidade, advertindo o leitor nos prefácios e introduções de suas obras que não desconhecem o papel relevante da Linguística como ciência descomprometida com questões pedagógicas e, por tal motivo, incapaz de cumprir uma missão que continuava sob responsabilidade dos textos gramaticais, agora atualizados pelas novas conquistas que a Linguística oferecia. Nessa linha, Gladstone Chaves de Melo segue a velha trilha de conceituação da gramática como “a sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua” ([1968] 1970: 8) em que figura estrategicamente o adjetivo “contemporâneos” para mitigar, ao menos, a feição anacrônica do texto gramatical. Seria o mesmo Gladstone Chaves de Melo quem nos daria claro indício de uma concepção renovada de gramática segundo a teoria linguística de seu tempo com o

² A Nomenclatura Gramatical Brasileira, publicada em 1959 sob os auspícios do Governo Federal, buscava unificar a metalinguagem e simplificar a aplicação das teses gramaticais no ensino básico. Sua adoção, embora apenas “recomendada” na legislação atinente, resultou em verdadeiro norte pedagógico que gerou vários compêndios gramaticais escritos sob suas diretrizes.

seguinte passo: “Só partindo de uma ideia clara e segura de *sistema, diversidade dos usos lingüísticos e sincronia* é que podemos pensar bem em gramática” ([1968] 1970: 7).

Não por acaso, os termos que Gladstone põe em destaque são justamente dos mais representativos nos estudos linguísticos no final do século XX no Brasil. Cuida-se de uma Linguística sincrônica, atenta ao funcionamento do sistema e já interessada na pesquisa da língua em uso no ato de comunicação. Este último viés, o dos usos linguísticos, já se expressa com maior ênfase no texto luso-brasileiro *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), da lavra de Celso Ferreira da Cunha e Luís Lindley Cintra (1925-1991), em que um amplo capítulo sobre variação diatópica de clara inspiração sociolinguística bem dá a dimensão mais ampla que os autores buscam conferir à descrição do português. Por sinal, são dos autores essas palavras significativas sobre o conceito de gramática e os propósitos daquela que então traziam ao público leitor (1985: XXIII):

Parecia-nos faltar uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil) e servisse, assim, fosse de fonte de informação, tanto quanto possível completa e atualizada, sobre elas, fosse de guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correta”, de acordo com o conceito de “correção” que adotamos no capítulo 1.

Os indícios de uma nova postura, influenciada pelos estudos sociolinguísticos são claros. A presença de termos como “normas vigentes”, que bem denota a pluralidade da norma ou, em outros termos, a inexistência de uma norma absoluta, bem como o uso dos termos “correta” e “correção” entre aspas, uma expressão gráfica da polêmica que o conceito de correção idiomática enfrenta nos estudos contemporâneos, constituem evidências de que estava no escopo dos autores ajustar as linhas da gramática às novas conquistas da Linguística, sem, contudo, deturpar sua histórica vocação ou pendor normativo, com se lê a seguir (1985: XXIV):

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores de nossos dias.

Não obstante esses traços de evidente atualização do conceito de gramática e de seu papel no corpo das ciências humanísticas, alguns aspectos das gramáticas pós-NGB ainda as prendiam ao velho conceito de manual normativo, dentre os quais se podem citar o uso de *corpus* literário, a presença do conceito de correção e erro linguístico e seu perfil apropriado à leitura tanto do leitor pesquisador quanto do leitor consulente, a que nos referimos no início deste trabalho.

Na tentativa de conferir à gramática um caráter eminentemente descritivo, sem o “ranço” da velha ordem tradicional, alguns textos vêm a lume nas duas últimas décadas do século passado nos moldes de renovado projeto acadêmico em que se podem identificar pelo menos duas características: a primeira diz respeito às bases teóricas, agora fundadas em modelos diversificados, tais como o da gramática gerativa (Perini [1976] 1985) e o do estruturalismo funcional (Macedo 1991). A rigor, os textos gramaticais desta nova fase não se esteiam em aparato teórico unitário, dada a possibilidade que tem o gramático de absorver conceitos de paradigmas distintos para melhor elucidar, em sua concepção, os fatos da língua. Por tal motivos, observam-se fundamentos do estruturalismo e do funcionalismo cosseriano em

Bechara (1999), do funcionalismo linguístico e da pragmática em Neves (2000), do estruturalismo e do gerativismo em Perini (1995), para darmos aqui apenas alguns exemplos.

Essa diversidade teórica trouxe consequências inevitáveis. A mais clara delas é sua inaplicabilidade no ensino do português em nível fundamental e médio, fato que as opõe diametralmente aos textos gramaticais de fundamentação filológica produzidos até a era pós-NGB. O motivo pode ser atribuído à consequente diversidade metalinguística que os aparatos teóricos igualmente diversos impõem, de tal sorte que ao professor de ensino básico só resta a alternativa de manter-se atrelado à antiga ordem metalinguística, coerente e simples, embora insuficiente e inadequada em alguns aspectos.

Não podemos esquecer que a massificação do ensino no Brasil, a partir da década de 70, mitigou bastante a autonomia do mestre na construção de diretrizes pedagógicas, já que agora seu trabalho se inscreve em um projeto de grupo, supervisionado por um professor orientador no organograma da escola. Já os educandos participam de testes e concursos públicos que obviamente utilizarão nomenclatura gramatical o mais unificada possível. Destarte, não há espaço em sala de aula para adoção de uma gramática que, pretendendo ser escolar, apresente uma metalinguagem idiossincrática, decorrente de um dado modelo teórico ou, não raro, fruto da criatividade do autor.

O mesmo fator metalinguístico inibe a leitura desses textos pelo leitor indistinto, muitas vezes interessado em uma informação pontual sobre dado assunto linguístico, já que sua formação construiu-se sobre as bases da gramática tradicional. O resultado final dessa situação configura-se numa inequívoca restrição do público-alvo, do leitor potencial do texto gramatical, agora necessariamente uma pessoa iniciada ou interessada em assuntos linguísticos, como é o caso concreto dos estudantes dos cursos de Letras. Em última análise, se a gramática tradicional destinava-se a um *leitor indistinto*, a nova ordem gramatical se adstringe a um *leitor especialista*, fato que obviamente limita bastante sua circulação no meio social.

2. A seleção do corpus

Um segundo aspecto que tipifica a gramaticografia brasileira no século XX diz respeito à natureza do *corpus* utilizado. Tomando por base o texto inaugural que nos vem servindo de exemplo, a *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, verificamos que nos verdes anos do século passado inscrevia-se no conjunto das iniciativas do gramático o uso de um *corpus* restrito à língua literária escrita. Com efeito, soa incontestemente, neste momento, a exigência de que os fatos linguísticos descritos tivessem amparo na literatura de língua vernácula, razão por que as regras em geral costumam ser abonadas com a citação de autores brasileiros e portugueses. Em Pereira já se observa uma preocupação com a seleção de *corpus* mais atualizado: “Dada a evolução da língua, não se póde provar, em boa lógica, a vernaculidade actual de uma expressão qualquer com a autoridade de um clássico antigo” (1907: VIII). Saliente-se, ademais, que o uso de “autoridade” nessa passagem deve ser contextualizado, no sentido de “abonação textual”. Em outros termos, considerando-se a língua literária como a expressão mais apurada dos usos linguísticos, toma-se por autorizada a construção que tenha conquistado presença nas páginas das obras clássicas.

Nesse sentido, Eduardo Carlos Pereira recorre a um *corpus* formado por fragmentos de obras literárias do século XVI (Gil Vicente, Camões) ao século XIX (Alexandre Herculano, Antônio Feliciano de Castilho). A pouca presença de brasileiros –contam-se três nomes: Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Francisco Lisboa num total de vinte e um autores citados– merece estudo próprio, já que a mera leitura da gramática não esclarece o fato.

A ideologia nacionalista que permeia a primeira fase do Modernismo brasileiro deixa efetivas marcas na constituição do *corpus* gramatical a partir dos anos 20, de que é exemplo marcante *O idioma nacional*, de Antenor Nascentes. Nessa obra, a presença de autores brasileiros é senão maior ao menos equitativa em face dos autores portugueses, como se comprova com os nomes de Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Alphonsus de Guimaraens e Artur Azevedo, entre outros. Por sinal, em *O idioma nacional* se apuram as questões dialetais que configuram o falar brasileiro em face da variante européia, um traço renovador na descrição do português em gramática brasileiras. Basta aqui atestar a presença de um capítulo específico para tratar do português do Brasil, a par de intervenções outras, sobretudo no campo da fonética, em que se destacam as distinções de pronúncia entre a vertente brasileira e a lusitana.

Um fato notável atinente à definição de gramática em Nascentes remete-nos à conclusão de que a natureza do *corpus* começava a constituir-se em ponto de discussão já a partir da década de 20. Observe-se que Nascentes (1960: 5) situa a gramática como a disciplina que examina os fatos da linguagem “segundo o uso da classe culta”. Sua base dos usos linguísticos descritos, portanto, não é precipuamente a língua literária, mas a língua das pessoas escolarizadas. Difícil admitir que Nascentes tenha usado o termo “classe culta” para designar a classe dos escritores; o que se verifica é uma clara extensão do *corpus* para textos não literários da lavra de falantes com alto grau de escolarização. Dentro desse critério, Nascentes serve-se de fragmentos retirados de discursos políticos e obras jurídicas em autores como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Latino Coelho.

A força da língua literária, entretanto, mantém-se viva na concepção dos *corpora* de abonação gramatical, de tal sorte que até pelo menos o início dos anos 80 do século passado prevalece a regra de que o fato linguístico deva ser comprovado pelo uso dos autores contemporâneos, sem descurar de alguns clássicos tidos como obrigatórios. Essa é a perspectiva de Gladstone Chaves de Melo que assim assinala: “pensamos que conseguimos torná-la [a gramática] bem menos árida através do permanente cuidado de simplificá-la, e de justificar *todos* os preceitos e normas com a lição de bons autores, principalmente brasileiros” ([1968] 1970: 4). Tirante certo grau de subjetivismo, como o critério de que se serviu o gramático para selecionar os “bons autores”, não se pode negar a tentativa de despir o texto gramatical do ranço tão condenado que se criou com a referência exclusiva aos autores clássicos portugueses nos primeiros volumes da tradição gramatical brasileira.

Um certo ar de renovação contida pode-se observar na atitude de Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), cuja *Gramática normativa da língua portuguesa* ([1957] 2010) segue firme ainda hoje em renovadas edições desde 1957. No prefácio da 15.^a edição, de 1972, o autor curva-se à tendência de construção de um *corpus* atualizado, sem, contudo, afastar-se peremptoriamente das bases clássicas, como se pode abstrair das seguintes palavras ([1957] 2010: XXI):

E cabe, a propósito, uma observação importantíssima, que vem assim à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de bom uso da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática normativa* são confirmados, em sua quase totalidade, pela lição dos prosadores e poetas de hoje – o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático.

Para, em conclusão, arrematar:

Assim que, sem embargo de sua tonitruante intenção demolidora e a despeito de certos exageros posições que lhe marcaram a fase inicial, inevitavelmente revolucionária, a decantada

rebeldia dos modernistas de 1922 à tradição gramatical do idioma não passou de “boato falso”, como viria a confessar, mais tarde, o próprio Mário de Andrade.³

Uma década e meia depois, em atitude mais receptiva à necessidade de mudança do *corpus* gramatical –embora não frontalmente contrária às idéias professadas por Rocha Lima– Celso Cunha e Lindley Cintra atribuem a seu texto a seguinte característica (1985: XXIV):

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores brasileiros, portugueses e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.

Como se percebe, a concepção do *corpus* nesse texto de fim de século já se curva claramente a uma nova tendência que rejeita o padrão de uso dito anacrônico, residente nos autores clássicos, e abre perspectiva para o acolhimento de um *corpus* não literário, expressivo dos “empregos e valores afetivos” do idioma. Entretanto, como fruto dos modelos formalistas que ingressaram no Brasil a partir da metade do século XX, algumas gramáticas do mesmo período optaram por abandonar de vez o *corpus* literário, por considerá-lo inadequado à função de exemplificação do funcionamento do sistema linguístico. São textos que não se ocupam da língua em uso, mas das regras sistêmicas que geram frases na gramática da língua. Por tal motivo, os autores desses textos, dentre eles Perini [1976] 1985, Luft 1976, Perini 1995, Macedo 1991, Ribeiro 1976, frequentemente recorrem a exemplário da própria lavra, fato que lhes pode pesar desfavoravelmente sob rigor científico mais acentuado.

Não obstante o fim de século ainda tenha produzido ao menos um texto gramatical fiel ao *corpus* exclusivo em língua literária (Bechara 1999), entremeado por alguns exemplos da lavra do autor, a abonação do texto não literário, sobretudo o jornalístico, como fonte dos usos linguísticos parece ter-se consolidado definitivamente com a *Gramática de usos do português* (Neves 2000), obra em que a autora busca renovar o conceito de língua padrão no contexto da descrição gramatical, conforme as seguintes palavras (Neves 2000: 14):

Embora uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos.

Os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – Campus de Araraquara [...]. Esse corpus abriga textos escritos de literaturas romanesca, técnica, oratória, jornalística, dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação [...].

Essa, de supor, será a tendência que os manuais de gramática brasileiros seguirão no decurso do século XXI (cf. Azeredo 2008), época em que o conceito de norma padrão parece ter-se divorciado definitivamente do exclusivismo do texto literário, ainda que contemporâneo, para estender-se ao texto escrito produzido por pessoas de escolaridade superior em todos os setores da atividade linguística social.

3. Os limites da descrição gramatical

³ Mário de Andrade, “*O movimento modernista*”, em *Aspectos da literatura brasileira* (4.^a ed.). São Paulo, Martins, 1972, p. 244.

Na sinopse gramatical brasileira desde o último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, o objeto primário de investigação linguística era a palavra. Nesse sentido, a organização dos assuntos gramaticais sempre se fazia em face do tratamento que se deveria conferir ao estudo da palavra em duas áreas basilares: o *lexiologia* e a *sintaxe*. Tal fato se pode observar na *Gramática portuguesa* ([1881] 1911), de Júlio Ribeiro (1845-1890), na *Gramática portuguesa* ([1887] 1920), de Alfredo Gomes (1859-1924), na *Gramática expositiva* (1907), de Eduardo Carlos Pereira, entre outras. A lexiologia, não raro, divide-se em dois ramos: a fonologia e a morfologia, de tal sorte que logo se passou a uma divisão tripartite composta de *fonologia*, *morfologia* e *sintaxe* que se consolidou a partir da publicação da *Gramática secundária* (1922?), de Manuel Said Ali (1861-1953).

No decorrer do século XX, a palavra cede lugar, como foco de investigação primacial, para o sistema linguístico em sua totalidade, de tal sorte que a descrição se faz agora no âmbito dos processos e dos mecanismos de funcionamento desse sistema. No entanto, a crença sedimentada de que os limites da gramática circunscreviam-se à fonética, à morfologia e à sintaxe varou várias décadas, a julgar, por exemplo, pela divisão proposta na NGB de 1959.⁴

Não obstante esse tripé sinótico consagrado na tradição gramatical, não são poucos os textos que, ao longo do percurso historiográfico-gramatical, estendem as bases de descrição da língua para áreas suplementares. Ainda no século XIX, Maximino Maciel (1866-1923) traz a público sua *Gramática descritiva* ([1894] 1922: 3), na qual, em inovadora proposta, inclui a semântica na sinopse gramatical:

A divisão tripartite da generalidade dos grammaticographos –em **phonologia**, **lexiologia** e **syntaxilogia**– não tem mais razão de ser, depois que o estudo da **significação** se individualizou, constituindo por si um ramo definido, maxime com os estudos de Darmsteter (sic) que usa do termo semantica para designar a theoria logica da significação.

A par da semântica, também a estilística passa a figurar como área de interesse na sinopse de inúmeras gramáticas, sobretudo em face da estreita vinculação estabelecida entre o estudo da língua e o texto literário. No corpo dos estudos estilísticos, passou a comumente figurar uma introdução teórica à versificação com o intuito de facilitar o ensino da leitura dos textos poéticos, tarefa ordinária nas classes brasileiras de língua portuguesa ao longo de quase todo o século passado. Seguem essa tendência Lima [1957] 2010, Cunha 1970, Bechara 1961, Cunha e Cintra 1985 entre outros.

Com a vertente formalista dos dois últimos decênios do século passado, a estilística e a versificação deixam de integrar o corpo descritivo da gramática e a semântica, se não é relegada a segundo plano, ao menos perde o *status* de segmento autônomo, já que seus temas passam a integrar pontualmente os segmentos dedicados à morfologia e à sintaxe. Verifica-se, assim, uma variação no perfil sinótico da gramática brasileira de língua portuguesa ao longo do século XX, em que uma base tripartite consagrada recebe propostas de acréscimos em dado autor (caso da inclusão da semântica em Maximino Maciel) ou em dada geração (caso da inclusão da estilística e da versificação nas gramáticas da Geração NGB).

A perspectiva para o século XXI é de que os manuais paulatinamente desvinculem totalmente a estilística dos domínios da gramática, não obstante alguns textos recentes persistam nessa linha (Bechara 1999; Azeredo 2008). Por outro lado, a crescente atividade de pesquisa no âmbito da teoria do texto nas universidades e grupos de pesquisa, a par de sua significativa presença no conteúdo programático contemporâneo de Língua Portuguesa em

⁴ A NGB subdivide a gramática em três partes: fonética, morfologia e sintaxe. Pontos considerados acessórios, tais como a ortografia, a estilística e a semântica figuram em apêndice.

nível médio e superior, constituem um fator propício para que as portas da gramática se abram para uma generalística abordagem teórica do texto aliada à antiga proposta de descrição sistêmica da língua, conforme já se pode encontrar na *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (Azeredo 2008). Cuida-se aqui de uma nova face dos estudos gramaticais no Brasil, cujos fundamentos devem ser estudados mais detidamente em face da severa repercussão que pode provocar no próprio conceito de gramática em suas variadas acepções.

Bibliografia

- Ali, Manuel Said. 1922(?). *Grammatica secundaria*. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos.
- Azeredo, José Carlos de. 2008. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Instituto Houaiss/Publifolha.
- Bechara, Evanildo. 1999. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Bechara, Evanildo. 1961. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- Bueno, Francisco da Silveira. 1944. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Camara Jr., Joaquim Mattoso. 1941. *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguier.
- Cunha, Celso Ferreira da e Luís Lindley Cintra. 1985. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cunha, Celso Ferreira da. 1970. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A.
- Gomes, Alfredo. *Grammatica portugueza*. [1887] ¹⁸1920. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lima, Carlos Henrique da Rocha. [1957] 2010. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Editora.
- Luft, Celso Pedro. 1976. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Macedo, Walmirio. 1991. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- Maciel, Maximino. [1894] ⁸1922. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia.
- Melo, Gladstone Chaves de. [1968] ²1970. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Nascentes, Antenor. [1926/1927/1928] ³1960. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Neves, Maria Helena de Moura. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp,
- Pereira, Eduardo Carlos. [1907] ⁸1918. *Grammatica expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos.
- Perini, Mário A. [1976] ²1985. *A gramática gerativa; introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Vigília.
- Perini, Mário A. 1995. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática.
- Ribeiro, Julio. [1881] ¹⁰1911. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Livraria Francisco Alves e C.
- Ribeiro, Manoel Pinto. 1976. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora Editora.